

ÁREA TEMÁTICA:

- () COMUNICAÇÃO
- () CULTURA
- (X) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- () EDUCAÇÃO
- () MEIO AMBIENTE
- () SAÚDE
- () TECNOLOGIA E PRODUÇÃO
- () TRABALHO

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE ATRAVÉS DO NEDDIJ/UEPG

Alanna Cultz, alana96_@hotmail.com¹

Biança Francinik Oliveira Rosa, biancafoliveira@outlook.com.br²

Liza Holzmänn, lizaholzmänn@yahoo.com.br³

Resumo: A extensão universitária tornou-se fundamental para a relação entre a universidade e a sociedade, uma troca de saberes, que promove a interação transformadora entre universidade e sociedade. Neste sentido, o Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, cuja pretensão é possibilitar o acesso à justiça para famílias em vulnerabilidade e risco social, oferecendo atendimento sociojurídico para a regularização dos casos de guarda, tutela e adoção, além de trabalhar com palestras, oficinas, e mobilizações no sentido de garantir o direito da Infância e Juventude. Desta maneira, pretende-se neste trabalho abordar a questão da Defesa dos Direitos da Infância e Juventude enquanto projeto de extensão. Para isto, será discutido a Prática Profissional do Serviço Social no cotidiano do NEDDIJ, bem como o atendimento realizado pelo Assistente Social, atendimento este que é realizado através dos instrumentais técnico-operativos inerentes à profissão e análise dos tipos de processos dos anos de 2016 e 2017. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental com a análise dos dados, observação e contribuições provenientes da experiência profissional a partir do cotidiano.

Palavras-chave: Extensão Universitária, NEDDIJ, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

A Universidade Pública se fundamenta em três bases que estão relacionadas, são elas: ensino, pesquisa e extensão. A extensão universitária é a ação da Universidade que possibilita o contato com a comunidade. É na extensão que acontecerá a articulação do conhecimento adquirido na Universidade, através do ensino e da pesquisa, com as

¹ Assistente Social do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude, graduada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), alana96_@hotmail.com

² Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista do Projeto de Extensão “Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude” (NEDDIJ), biancafoliveira@outlook.com.br.

³ Professora vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Departamento de Serviço Social. Supervisora do Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ), lizaholzmänn@yahoo.com.br.

necessidades da comunidade, tendo por objetivo transformar a realidade social, transformação esta marcada pelo diálogo e troca de saberes, como está previsto em uma das diretrizes da Extensão Universitária, que é a interação dialógica.

O NEDDIJ no município de Ponta Grossa tem como finalidade propiciar às famílias das crianças e adolescentes que necessitem, o acesso à justiça e o direito de defesa, isto está previsto na Constituição Federal e deve ser garantido pelo Estado. Além disso, promover ações de prevenção, articulação, mobilização, visando o combate à violência contra crianças e adolescentes, divulgando o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, através de oficinas realizadas nas escolas e eventos realizados para a comunidade acadêmica, em parceria com o Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria na área da Infância e Juventude - NEPIA, além da divulgação de informações quanto aos direitos e deveres da Infância e Juventude.

Em relação ao número de atendimentos realizados no NEDDIJ no ano de 2016, o público atingido foi de 1.282 pessoas. Já no ano de 2017, o público atendido foi de 2.213 pessoas. É importante ressaltar que grande parte dos atendimentos realizados são voltados à adolescentes.

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo abordar a questão da Defesa dos Direitos da Infância e Juventude enquanto projeto de extensão realizado pelo município de Ponta Grossa-Paraná.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental voltada para a análise dos dados referentes aos tipos de processos realizados nos anos de 2016 e 2017 no NEDDIJ, além de observação e algumas contribuições que a experiência profissional acrescenta.

Por pesquisa bibliográfica entende-se um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que está apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade. (LIMA, MIOTO, 2007).

De acordo com Gil apud Piana (2009, p. 122), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes.

RESULTADOS

Serviço Social no NEDDIJ

O atendimento no NEDDIJ se dá primeiramente pelo setor de Serviço Social, que utiliza os instrumentais técnico-operativos inerentes à profissão. Inicialmente realiza o acolhimento, seguindo para a entrevista social, da qual se origina o relatório social, juntamente com o parecer social, e envia a documentação do usuário para o setor de Direito, para que sejam realizadas as medidas cabíveis em cada caso, prezando sempre o melhor interesse da criança e/ou adolescente. Desta forma, em seguida será discutido os instrumentais que foram citados e sua aplicação no campo, bem como o resultado das ações expresso em dados quantitativos.

O objeto de intervenção do Serviço Social no NEDDIJ são as expressões da questão social, que se associam com as relações familiares que envolvam crianças e adolescentes, principalmente no que tange a situações de vulnerabilidade na família de origem: direitos violados, situações de violência, conflitos familiares que geram fragilização, abandono ou rompimento dos vínculos, entre outros.

Ao profissional do Serviço Social cabe o papel de compreender o contexto em que os indivíduos pertencem e a realidade em que estão inseridos, buscando levantar o histórico familiar e o motivo que o levou a precisar do atendimento sociojurídico. Isto posto, o Assistente Social busca compreender as relações sociais do indivíduo, visando sempre assegurar os direitos fundamentais da criança e do adolescente a partir dos instrumentais técnico-operativos.

Em relação ao Acolhimento, este é um instrumental baseado em atitudes de receber, integrar e incluir. O Acolhimento é amplamente utilizado nas práticas profissionais do Assistente Social no NEDDIJ. Pode-se definir este instrumental como um conjunto de elementos, que são: a escuta do usuário, o fornecimento de informações e o conhecimento da demanda.

Assim, é através do Acolhimento que o sujeito conhece e reconhece ele mesmo e a situação em que se encontra, ocorrendo tal reconhecimento a partir do diálogo que acontece durante a Entrevista, instrumental extremamente importante para a execução do Acolhimento, que norteará o processo e que será descrito em seguida.

Sarmiento (1994, p. 281) traz que ao decorrer da prática do Assistente Social, a Entrevista tem sido concebida como “contato pessoal, de caráter confidencial, entre

Assistente Social e cliente ainda, envolve uma relação mais íntima e sutil”. É através da Entrevista que é analisado e estudado o sujeito, bem como a demanda que o fez procurar o NEDDIJ. Tem por objetivo principal obter informação, e a partir disso identificar os fatores que levaram o usuário a procurar o NEDDIJ. Desta forma, a entrevista é um instrumental utilizado intencionalmente.

Em relação à Observação, este é um instrumental utilizado pelo Assistente Social durante todo o atendimento social no NEDDIJ com o usuário, sendo observado a sua atitude, sua maneira de falar, de agir, de ser, enfim, seu comportamento. É importante observar também o que o sujeito diz e como ele diz, ou seja, as maneiras de se expressar, tendo por objetivo observar o que não é dito, como por exemplo, o olhar, expressões e até mesmo suspiros. É preciso analisar os seus sentimentos em relação ao problema ou o próprio caso em questão. (SARMENTO, 1994).

Outro instrumental que é de extrema importância para o Assistente Social no cotidiano do NEDDIJ é o Relatório Social. Neste documento constam descrições e interpretações das ações e intervenções desenvolvidas pelo profissional em seu trabalho. Dentre os instrumentais que são utilizados pelo Assistente Social no NEDDIJ, destaca-se o Parecer Social, instrumental privativo do Assistente Social. De acordo com MIOTO este instrumental, “tem a finalidade de conhecer, analisar e emitir um parecer sobre situações vistas como conflituosas ou problemáticas no âmbito dos litígios legais visando assessorar os juízes em suas decisões”. (MIOTO, 2001, p. 146).

Após a Assistente Social do NEDDIJ finalizar o Relatório Social, emite o Parecer Social acerca da situação, colocando seu parecer em defesa do direito da criança e/ou adolescente.

Quando necessário, o Assistente Social utiliza de Encaminhamentos, estes se configuram por ser um instrumental utilizado pelo Assistente Social quando o usuário ou a família necessita de um atendimento inexistente no NEDDIJ, sendo este atendimento referente ao Serviço Social ou a outra área. (JESUS, et al., 2004). Destaca-se aqui que a intervenção junto ao usuário não cessa neste primeiro atendimento, mas sim busca manter contato com a população atendida e com a rede, como forma de atender as demandas apresentadas em cada caso.

Vemos assim que a articulação com a rede é função também do setor de Serviço Social, tendo em vista que as demandas para além das ações de guarda, tutela e adoção são reveladas na Entrevista Social e é dever da Assistente Social contatar a rede ou mesmo encaminhar o usuário para outros serviços.

A partir do atendimento realizado pelo setor de Serviço Social no NEDDIJ, norteado pelos instrumentais da profissão, apresentaremos os resultados quantitativos das ações através dos dados, os quais serão expostos em seguida.

Percebe-se que a mudança mais significativa do ano de 2016 para o ano de 2017 é a questão da contabilização dos acompanhamentos e encaminhamentos, o que não era realizado no ano de 2016. Percebe-se também a diminuição de ações referentes à regularização de guarda e adoção. Isto se dá pelo fato da inclusão da contabilização de acompanhamentos e encaminhamentos, além do aumento de ações referentes ao acordo de guarda e tutela.

Apesar disso, o maior número de atendimentos correspondeu às ações de guarda, no ano de 2016 com 74,3% e no ano de 2017 com 67,5%, ação esta que pode ser requerida por terceiros, ou seja, avós, tios, primos e irmãos. Em seguida tem-se o processo de adoção, como o segundo maior atendimento realizado, no ano de 2016 com 16,7% e no ano de 2017 com 12,5%, ação esta que abrange tanto a adoção solicitada por membros da família extensa, quanto por pessoas sem parentesco, mas que possuam vínculo afetivo com o adotado, e que buscam apenas regularizar a situação de fato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Pública Brasileira sustenta-se em três bases, que são: ensino, pesquisa e extensão. Em relação à isto, objetivou-se neste trabalho discutir acerca da extensão universitária inserida na Universidade Estadual de Ponta Grossa, especificamente o Projeto de Extensão Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude-NEDDIJ.

Nos processos de pedido de guarda, tutela e adoção, o profissional do Serviço Social, através do atendimento e dos instrumentais técnico-operativos inerentes à sua prática profissional, pode identificar quando o usuário necessita de outro auxílio, como ter direito a usufruir de outras políticas públicas, e assim fazer o encaminhamento necessário a este sujeito.

Além disso, foi exposto no presente artigo os resultados da ação profissional do Assistente Social, que foram apresentados através de dados percentuais. Em relação à isto, pode-se observar que as principais ações realizadas no NEDDIJ são as ações de regularização de guarda e ações de adoção.

Portanto, com todas as informações discutidas neste artigo pode-se concluir que a extensão universitária possibilita a interação entre universidade e comunidade, no sentido da troca de saberes, visto que ambas as partes desfrutam de saberes distintos. Além disso, a

extensão universitária possibilita, através de suas ações e projetos de extensão, a oportunidade de profissionais recém-formados atuarem em suas áreas e abre campo de estágio para que acadêmicos das universidades tenham contato com a prática, articulando assim a teoria com a prática.

REFERÊNCIAS

JESUS, C. D. S. de.; ROSA, K. T.; PRAZERES, G. G. S.; Metodologias de atendimento à família: o fazer do Assistente Social. Maringá, v. 26, n. 1, p. 61-70, 2004.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: fev. 2018.

LIMA, Telma C. S e MIOTO, Regina C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. 09 de março de 2018.

MIOTO, R. C. T. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XXII, n' 67, São Paulo: Cortez, p. 145-158, 2001.

NOGUEIRA, R. Caracterização do campo de estágio: Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude. Ponta Grossa, 2016.

PIANA, Maria Cristina, A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>. Acesso em: 16 mar, 2018.

POLÍTICA Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

ROSA, B. F.O. Caracterização do campo de estágio: Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude. Ponta Grossa, 2017.

SARMENTO, H. B. M. de. Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma discussão. 1994, 335 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUSA, C. T. de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: Revista Emancipação. v. 8. n. 1. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.